ISSN: 2358-8829

RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE EDUCAÇÃO CIDADÃ NA PARAÍBA COM FOCO EM PROTAGONISMO JUVENIL

Gabryelle Alves da Silva Cabral [1]
Romário Farias Pedrosa dos Santos [2]

RESUMO

A educação constitui direito social fundamental e instrumento indispensável à reconstrução de trajetórias de vida, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Execução Penal Nº 7.210/198, em seus Art. 10 e 11 que garante que é dever do estado dar assistência aos apenados de forma material, jurídica, à saúde, social, religiosa e educacional. No estado da Paraíba a Lei Nº 13.533/2024 cria o Programa das escolas cidadãs integrais em seu Art. 2 inciso VI que considera as escolas cidadãs integrais socioeducativas dedicadas aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com o método pedagógico didático voltado para ressocialização dos jovens levando-os a se perceberem como protagonistas e conscientes de seus valores sociais direcionados ao pleno exercício da cidadania. Diante deste cenário, essa pesquisa se propõe a examinar os fundamentos teóricos da ressocialização, da educação integral e do protagonismo juvenil, articulando-os às políticas públicas implementadas no âmbito estadual, como os programas Geração Protagonista, Ouse Criar, Arte em Cena e Flirede. Para a realização deste estudo, adotou-se como referencial teórico a concepção de protagonismo juvenil acerca das unidades socioeducativas de COSTA (2006), a Lei de Execução Penal Nº 7.210/1984 como objeto de estudo sobre a reintegração do apenado ao convívio social através da ressocialização e a Lei Nº 13.533/2024 que regulam as Escola Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba. Constatamos que na Paraíba, assim como no Brasil, impera a realidade do sistema prisional e socioeducativo, marcada por superlotação e insuficiência estrutural, evidenciando a necessidade de superação do modelo meramente punitivo. Conclui-se que a incorporação de práticas educativas fundamentadas na participação ativa, na construção de projetos de vida e no fortalecimento da autonomia pode contribuir para a redução da reincidência e para a reintegração social, consolidando a educação como eixo estruturante da execução penal e das medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Ressocialização; Educação Cidadã; Protagonismo Juvenil; Sistema prisional; Medidas socioeducativas.

[1]Graduanda do Curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba - FESP, gabysilvacabral2015@gmail.com ;
[2]Professor orientador: Especialista em Educação e Políticas Públicas (UEPB), e em Juventudes pela (FACULDADE DOM BOSCO). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – romariof36@gmail.com